

## **A luta pela expansão da democracia em Pernambuco nos anos de 1930: o movimento feminista como protagonista**

### **The struggle for the expansion of democracy in Pernambuco in the 1930s: the feminist movement as protagonist**

Emelly Sueny Fekete Facundes<sup>1</sup>  
Alcileide Cabral do Nascimento<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) na luta pela expansão dos ideais democráticos de igualdade civil, direito ao trabalho e a educação para mulheres na década de 1930. Para isso utilizamos como fontes os periódicos recifenses que circulavam na época em questão e os relatórios de atividades da FPPF enviados ao Rio de Janeiro para sua matriz, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Como suporte teórico utilizamos o trabalho de Joan Sott (1989) que elenca a categoria gênero como útil para análise histórica, assim como a Nova História Política, utilizando o conceito de Cultura Política nas análises acerca da construção de uma cultura política feminista no Brasil. Essas análises nos permitiram compreender o movimento feminista como um importante fator para a expansão e conquista dos direitos sociais, na luta pela consolidação e ampliação da democracia no Brasil.

**Palavras-chave:** Direitos Sociais; Feminismo Pernambucano; Cidadania Feminina

**Abstract:** The objective of this study is to analyze the performance of the Pernambuco Federation for the Progress of Women (FPPF) in the struggle for the expansion of the democratic ideals of civil equality, right to work and education for women in the 1930s. For this we use as sources the Recife periodicals that circulated in the time in question and the FPPF activity reports sent to Rio de Janeiro to its headquarters, the Brazilian Federation for the Progress of Women. As a theoretical support, we use the work of Joan Sott (1989) that categorizes gender as useful for historical analysis, as well as the New Political History, using the concept of Political Culture in the analysis of the construction of a feminist political culture in Brazil. These analyzes allowed us to understand the feminist movement as an important factor for the expansion and conquest of social rights, in the struggle for the consolidation and expansion of democracy in Brazil.

**Keywords:** Social rights; Feminism of Pernambuco; Women's Citizenship

<sup>1</sup> Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. Este trabalho é fruto de parte das pesquisas realizadas para a escrita da minha Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da UFRPE, em agosto de 2018. Esta pesquisa foi parcialmente financiada pelo CNPQ. Contato: Emelly.facundes@hotmail.com

<sup>2</sup> Pós-Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Contato: Alcileide.cabral@gmail.com

Com a chegada da República e do ideal de universalidade e igualdade proposto pelo liberalismo, as mulheres passaram a reivindicar o direito à participação política através do exercício eleitoral. Pois, se segundo o conceito de República todos eram iguais perante a lei, as mulheres deveriam ser tratadas enquanto iguais em seus direitos políticos. No Brasil, esse debate já tinha ganhado força nas discussões para a construção da primeira Constituição Brasileira, em 1891.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a República recém instaurada no Brasil tentava estruturar uma concepção de nação calcada no “projeto-paradigma moderno” para usar as palavras de Maria Bernardete Ramos Flores (2002). Esse projeto estava fundamentado no discurso médico da higiene, da urbanização e da educação cívica. O eugenismo ou “teoria das raças” se difundiu como ideário basilar para o planejamento dessa nova nação. Essa ideologia atrelava a ideia de progresso e civilização à pureza da raça, entendendo a miscigenação como uma das causas do atraso e da degeneração da nação. Dessa maneira, buscava meios de “embranquecer” a sociedade, tendo a cultura europeia como parâmetro de civilidade. Como bem nos elucida Maria Bernardete Ramos Flores (2002, p. 19):

O problema nacional fora, portanto, formulado na perspectiva racial, o que não é, porém, muito estranho, pois até pouco antes da Segunda Grande Guerra, em todo o mundo ocidental, era dinâmico e prolífero o debate nacionalista associado ao racismo. Havia um engajement massif em torno da eugenia na Europa, especialmente no Norte, e nos Estados Unidos.

Portanto, o racismo se instalava na sociedade com ares científicos, legitimado pelo discurso médico e político. Nesse ínterim, as mulheres eram colocadas como as responsáveis por criar uma nova nação progressista, através da criação de filhos saudáveis. A higiene aparece como uma preocupação também atrelada a esse ideal de nação moderna, fazendo o Estado voltar seu olhar para a saúde de crianças e mães pobres, criando instituições para promover a educação sobre prevenção de doenças, entre outras ações (FLORES, 2002, p.19).

A questão da maternidade era central para a configuração do Brasil moderno e as feministas que se inseriram na luta pela participação política nesse período não questionavam essa importância. Elas procuravam construir o discurso em defesa da cidadania política feminina através da conciliação dos lugares das mulheres como mães e esposas e seus papéis públicos como cidadãs. O que não impediu essas feministas de perceberem o lugar de subjugação das mulheres no espaço privado, principalmente, dentro do casamento. A instituição feminista brasileira mais citada pela historiografia como um dos expoentes nessa luta é a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Essa entidade não foi a única a

lutar pela emancipação feminina, entretanto, foi ela que, nos anos de 1920, institucionalizou o feminismo e deu a ele um caráter nacional.

Muito desse caráter nacional se deu pelas articulações que a presidente da FBPF tinha por todo o país. Bertha Lutz era uma mulher branca, advinda da elite urbana, uma intelectual muito bem relacionada no meio político, artístico e acadêmico. Formada em Biologia na França, Bertha também tinha ligações de amizade e de redes internacionais, como a estreita amizade que mantinha com Carie Chapman Catt, fundadora da Associação Nacional do Sufrágio Feminino dos Estados Unidos. Ao regressar para o Brasil no final da década de 1910, a bióloga alcançou o primeiro lugar no concurso para um cargo no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e se tornou a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil. A feminista fundou em 1919, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher e, em 1922, transformou a Liga em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que tinha como principal bandeira de luta a conquista do direito ao voto feminino. A partir de então, a FBPF passou a se articular com políticos e organizações de mulheres de vários estados do Brasil para conseguir aprovar leis que facilitassem o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres.

Nessa expansão foi fundada a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), entidade que nasceu depois do II Congresso Internacional Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1931. A instituição pernambucana corroborava com sua matriz carioca tanto na estrutura organizativa quanto no posicionamento vanguardista diante da luta feminista. Em seus discursos podemos notar que há uma nítida divisão sobre quais tipos de mulheres deveriam estar no parlamento. A luta pelos direitos femininos através da política oficial deveria ser encampada pela elite intelectual feminina, julgada como um grupo preparado para assumir essa responsabilidade.

Dessa maneira, as mulheres das classes pobres e não letradas eram colocadas em um lugar de passividade na luta por direitos - lugar esse que não condizia com as inúmeras participações das mulheres trabalhadoras em greves e protestos durante a Primeira República. Todavia, isso não impediu que as feministas da Federação Pernambucana pautassem questões primordiais para as mulheres trabalhadoras, pois entendiam que só através da expansão da educação e do trabalho todas as mulheres poderiam ter acesso à participação política.

Durante a trajetória da Federação Pernambucana, fundada em 1931 e fechada em 1937 pelo advento da Ditadura do Estado Novo, a entidade militou inicialmente pelos direitos políticos femininos, defendendo o direito ao voto e a ocupação de cargos políticos por mulheres. As integrantes da FPPF eram mulheres da elite urbana recifense, possuíam relações sociais e

políticas em vários setores da sociedade pernambucana. Essas relações possibilitaram dar visibilidade à causa feminista em setores da imprensa e a abrir caminhos para ações em prol dos objetivos da instituição da qual faziam parte.

A Federação Pernambucana, assim como a Federação Brasileira, modificou suas ações, suas práticas e seus discursos ao longo de sua trajetória. As feministas não lutaram apenas pelo voto, mas também se engajaram na luta pela legislação trabalhista que protegesse o trabalho feminino e a responsabilização do Estado pela saúde de mães e filhos/as, corroborando para a construção das mulheres como sujeitos de direitos políticos e sociais e para a expansão da democracia. A partir de 1934, depois de promulgada a Constituição, a Federação Pernambucana voltou seu olhar para problemas sociais, entendendo a questão da maternidade como empecilho para a inserção da mulher no mercado de trabalho, discutiram a gravidade da mortalidade infantil e debateram sobre o lugar de inferioridade da mulher no casamento.

As críticas acerca do lugar da mulher no espaço privado se intensificaram na *Página da Mulher*, espaço editorial da instituição no periódico *Diário da Manhã*, conquistado pelas feministas pernambucanas em 1935. Nesta página, as mulheres da FPPF escreviam artigos sobre as pautas feministas, divulgavam suas atividades institucionais, traduziam textos de feministas estrangeiras, faziam enquetes, entre outras coisas, formando opiniões e disputando a narrativa sobre o feminismo. O acesso a essa fonte nos proporcionou analisar um período da trajetória da Federação Pernambucana – a luta pós conquista do voto - de forma inédita, sobretudo, porque ainda não tinha recebido o olhar da historiografia pernambucana, sendo nosso trabalho pioneiro nesse aspecto.

Durante todo primeiro terço do século XX, as mulheres estiveram ativas escrevendo em periódicos, organizando ligas femininas, movimentos grevistas, etc. Entretanto, a partir de 1932, ano em que o voto feminino foi instituído no Código Eleitoral, as pautas femininas saem do campo da reivindicação e pressão feita a um parlamento estritamente masculino, que não considerava as mulheres como sujeitos passíveis de direitos, e passam a ser formuladas com base na igualdade civil. Ou seja, as mulheres passam a não só obedecerem às leis, mas também a formulá-las. Se segundo o conceito de República todos deveriam ser iguais perante a lei, as mulheres também deveriam ter sua igualdade civil assegurada. Parecia ser simples. Mas, como sabemos, não foi e ainda não o é. “Em outro nível, a lógica por trás da demanda por sufrágio feminino em um país que professava princípios republicanos é óbvia, e as sufragistas fizeram uso liberal da tradição e retórica da Revolução” (DU BOIS, 1975, p. 66). Mas se no Brasil durante toda a Primeira República não houve movimentos populares exigindo maior

participação eleitoral (CARVALHO, 2008) por que um grupo de mulheres intelectuais lutou por esse direito desde a primeira Constituição da República?

A luta pela cidadania, leis e representação dentro da arena política, foi feita por mulheres que entendiam que o voto era o melhor caminho para sua emancipação educacional e econômica. Sobre esse potencial do voto que as sufragistas defendiam Du Bois (1975, p. 66) explica que:

Em parte, a promessa feminista e libertadora de emancipação baseava-se no poder concreto que as sufragistas esperavam obter com o voto. As sufragistas esperavam que as mulheres usassem a cédula para se protegerem e imporem seu ponto de vista sobre questões políticas. Elas, previam que, mediante o uso estratégico do seu poder político, as mulheres iriam abrir novas ocupações, elevar o nível das suas escalas de salários à dos homens, ganhar greves e forçar reformas no matrimônio e no direito da família para se protegerem dos abusos sexuais; perda de seus filhos, e da tirania incontrolada de seus maridos. A demanda por sufrágio reuniu o protesto contra todos esses abusos em uma única demanda pelo direito de moldar a ordem social por meio da esfera pública.

É certo que esse caminho não foi escolhido por todas as mulheres ativistas no Brasil. As anarquistas e comunistas, por exemplo, não acreditavam nesse poder emancipador do voto e escolheram outras formas de luta. O que não quer dizer que elas não compartilhassem algumas pautas e discussões. As questões acerca do trabalho feminino e da emancipação econômica das mulheres, comuns a vários movimentos feministas e sindicais, estiveram presentes nos discursos e ações das feministas que lutavam pelos direitos políticos de tradição liberal, como é o caso da FBPF, liderada pela Bertha Lutz.

A Federação Brasileira assim como a Federação Pernambucana compartilhavam a ideia de que o sufrágio era um meio para ampliar as conquistas femininas, e não um fim. Neste sentido, não apenas se colocaram a favor da criação da legislação trabalhista, como agiram politicamente para a instituição dessa legislação no Brasil. Assim, defendiam a regulamentação do trabalho feminino sem prejuízos nem restrições para as mulheres, como um caminho para assegurar a igualdade de condições entre homens e mulheres. Já para o Partido Comunista Brasileiro, o direito de voto, bem como o reconhecimento dos direitos civis e políticos da mulher, não seria suficiente para garantir a liberdade, pois o verdadeiro grilhão estava na dominação burguesa.

As feministas brasileiras ligadas a Federação Brasileira e a Federação Pernambucana, por sua vez, se inseriram na luta pela emancipação feminina pela contestação do sujeito de direito de dentro do próprio liberalismo. Elas utilizaram a ideia de igualdade professada pelo liberalismo para reivindicarem a inserção das mulheres na esfera pública/política, não rejeitavam seus papéis domésticos na vida privada, entretanto, desafiavam o monopólio

masculino na esfera pública e não admitiam que fossem excluídas da participação política. Por isso, foram lidas como feministas liberais, elas recorriam do conceito de universalidade também adotado pelo liberalismo para reivindicarem os direitos políticos e sociais femininos. Se para os liberais todo indivíduo deveria ter direitos assegurados de maneira igual, as feministas liberais questionavam se as mulheres não seriam consideradas indivíduos já que elas trabalhavam e pagavam impostos da mesma forma que os homens, exercendo um papel importante no funcionamento da sociedade.

Segundo Ellen Du Bois (1975, p. 64), o aspecto revolucionário da luta pela participação política e pelo voto feminino, de uma maneira geral, é que, ao concentrarem o embate na esfera pública e principalmente na cidadania, as feministas “exigiam das mulheres um tipo de poder e uma conexão com a ordem social que não se baseava na instituição da família e na sua subordinação dentro dela”. Como cidadãs, as mulheres passariam a participar da sociedade diretamente como indivíduos, para além de serem mães e esposas. Esse discurso vai ser defendido pelas feministas da Federação Pernambucana em um contexto de configuração de uma nova cultura política que surgia nos anos de 1930, que abarcava não somente as mulheres, mas outros grupos aliados do poder, assim como o surgimento de novas formas de se relacionar com o político.

Com o acirramento da luta pelo direito ao voto feminino, a Federação Brasileira convocou o II Congresso Internacional Feminista, um evento que aglutinou personalidades dos mais diversos âmbitos sociais, autoridades da área educacional, médica, política e beneficente. Este evento também foi uma demonstração do quanto o movimento feminista liderado pela FBPF estava articulado com outros grupos sociais. No início da década de 1930, com a reconfiguração nas relações de poder político e institucional e o crescimento de vários grupos de pressão, Bertha Lutz se mostrava uma grande mobilizadora de interesses diversos. A ebulição política provocada pela chegada de Getúlio Vargas ao poder, iniciou um período de intensas mudanças sociais, como assinala José Murillo de Carvalho (2008, p.97):

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de grande agitação política. Anteriormente, só a Regência, um século antes, e os anos iniciais da República tinham vivido situação parecida. Mas o período de 30 superou os anteriores pela amplitude e pelo grau de organização dos movimentos políticos. Quanto à amplitude, a mobilização atingiu vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias, industriais. Quanto à organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional.

Um dos movimentos políticos que estava na disputa por representação era o movimento feminista em prol da cidadania feminina. Entretanto, esse debate envolvia outras problemáticas, como a questão da mortalidade infantil, o acesso e a permanência das mulheres em atividades remuneradas, a responsabilização do Estado para com a saúde de mães e filhos/as, assim como a ampliação da educação formal e profissionalização feminina. Nesse sentido, foram elaboradas teses sobre como estruturar essa nova nação a partir da participação feminina, elas versavam principalmente acerca do acesso à saúde, do mercado de trabalho feminino e da educação e instrução para as mulheres.

Na elaboração dessas teses estiveram envolvidas várias mulheres intelectuais do Brasil, representantes das filiais estaduais da Federação Brasileira, mulheres da elite carioca, escritoras, professoras, profissionais liberais, entre outras. Uma dessas mulheres foi Edwiges de Sá Pereira, escritora, poetisa e professora pernambucana, que participou do II Congresso Feminista como delegada de Pernambuco, na companhia da conterrânea e pintora Georgina Barbosa Vianna.

Edwiges de Sá, desde muito jovem revelou-se interessada pela escrita e, junto com seu irmão, Eugênio de Sá Pereira, organizou um jornal chamado *Eco Juvenil* e a revista literária *Azul e Ouro*. Publicou alguns livros como *Campesinas*, *Um passado que não morre* e *Horas inúteis*. Quando se voltou para o tema da emancipação feminina, Edwiges escreveu as obras *A influência da mulher na ação pacifista do após guerra* e *Erva militante* (BARBOSA, 2016; NASCIMENTO, 2011). Foi essa intensa atuação literária que, já na década de 1920, tornou-se vice-presidente da Academia Pernambucana de Letras, sendo a primeira mulher a ocupar uma cadeira nessa Instituição. Escrevia artigos sobre os direitos femininos desde o início da República, era autora de uma reconhecida produção literária, participando como colaborada de diversos periódicos ao longo de sua vida.

Edwiges de Sá havia estabelecido contato com Bertha Lutz desde os anos de 1920, como se pode aferir nas correspondências recebidas e enviadas pela presidente da Federação Brasileira, entretanto, apenas em 1931 se engajou de forma mais efetiva nas ações da Federação Brasileira. No II Congresso, a educadora pernambucana, apresentou sua tese para a educação das mulheres intitulada *Pela Mulher, para Mulher*<sup>1</sup>, trabalho que estruturou as bases discursivas e ideológicas da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), fundada logo após o retorno de Edwiges de Sá ao Recife. A questão da instrução feminina tinha uma grande importância no discurso e na militância da educadora. Ela corroborava com os preceitos da Federação Brasileira acerca da centralidade que a questão da educação tinha para a

emancipação econômica das mulheres, assim como para a inserção delas no espaço político oficial.

### **A construção de redes sociais de apoio as pautas feministas em Pernambuco**

Para estruturar a Federação Pernambucana, a fundadora e primeira presidente da instituição foi buscar nos seus círculos sociais mais próximos as primeiras integrantes. As mulheres que fizeram parte da FPPF advinham de famílias abastadas, da elite intelectual feminina, eram lidas como mulheres brancas<sup>2</sup> sendo em sua maioria da classe alta e média. Elas estavam ligadas as atividades intelectuais, eram professoras em sua maioria, pintoras, poetisas, escritoras e profissionais liberais. Possuíam relações sociais e políticas dentro da sociedade pernambucana que ajudaram a dar visibilidade a causa feminista em setores da imprensa e a abrir caminhos para ações em prol dos objetivos da instituição da qual faziam parte.

As dificuldades para a estruturação da Federação Pernambucana foram muitas. A falta de financiamento era uma delas. Nos relatórios enviados ao Rio de Janeiro encontramos vários desabafos de Edwiges falando sobre o não pagamento das mensalidades por parte das sócias e das dificuldades encontradas para a aceitação da instituição feminista pela sociedade pernambucana.

Para começar a traçar redes de apoio e ensaiar uma aproximação mais efetiva junto às mulheres pernambucanas, a Federação Pernambucana participou, em dezembro de 1931, do Natal das Crianças Pobres<sup>3</sup>, organizado pelo jornal *Diário da Tarde*, periódico fundado pela firma Lima Cavalcanti & Cia. As federadas participaram com doação e distribuição de brinquedos realizadas na Escola Normal Oficial de Recife. Depois da festa, promovida no Club Internacional na ocasião da fundação da FPPF, esse foi o primeiro momento em que a Federação Pernambucana se mobilizou enquanto instituição para uma ação pública.

A FPPF, ao participar de uma atividade organizada pelo *Diário da Tarde*, se aproximava dos representantes do Estado, já que tanto o *Diário da Tarde* quanto o *Diário da Manhã* eram periódicos que pertenciam ao então interventor, indicado pelo governo Vargas, o pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti. Além disso, essas atividades davam visibilidade para a instituição recém fundada, demonstrando que o feminismo propagado por ela se preocupava com a questão da infância e da pobreza. A imprensa foi o principal meio utilizado pela entidade feminista para divulgar suas pautas e publicizar a instituição. Como mulheres intelectuais e de famílias bem relacionadas, elas conseguiram espaço em periódicos como o *Jornal do Recife*, o *Jornal Pequeno*, a revista *A Pihéria* e, em certo grau, no *Diário de Pernambuco*.



Algumas delas, como Ida Souto Uchoa, advogada, poetisa e consultora jurídica da FPPF, colaboravam financeiramente com eventos de arte produzidos por alguns periódicos. No caso de Ida, ela era madrinha da revista *A Pihéria* e colaboradora do *Jornal do Recife*. Além disso, muitas delas eram mulheres reconhecidas por seus dotes artísticos, como era o caso da própria Ida Uchoa e de Edwiges de Sá, que já tinham um espaço na imprensa onde publicavam poesias e escreviam sobre arte e literatura. A intensa participação dessas mulheres na imprensa permitiu-nos analisar, nos periódicos e revistas citados acima, as atuações individuais e em grupo em prol da visibilidade da pauta feminista.

É importante entendermos o alcance que a filantropia tinha na militância dessas mulheres. Freire e Cosati (2015, p.31) analisam a questão da filantropia e das práticas caritativas femininas buscando compreender a diferença entre caridade e filantropia, através do contexto francês analisado por Catharine Duprat. As autoras colocam que:

Despidas das motivações piedosas da caridade, as práticas filantrópicas seriam ações reflexivas e organizadas visando, sobretudo, ao bem comum e ao progresso moral e social. A autora destaca [Duprat] como característica da filantropia a pluralidade das formas de atuação, ampliação do campo de ação e a escolha reflexiva do donatário segundo critérios de afetividade, reciprocidade e complementariedade. Reforça ainda seu estreito vínculo com a sociabilidade. Considerada assim um gesto de utilidade social, a filantropia é capaz de conferir prestígio aos seus praticantes e, ao contrário do anonimato propugnado pela caridade, torna desejável sua publicidade e até mesmo estimula a competição entre os benfeitores.

Algumas das integrantes da FPPF já participavam de atividades dessa natureza, a própria Edwiges de Sá era presidente da Associação das Damas de Beneficência, entidade presente na sociedade recifense desde a primeira década do século XX, ligada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) (FREIRE e COSATI, 2015, p. 37). Noemia Ferreira Xavier, diretora da FPPF, era membro da Cruz Verde Pernambucana, organização civil de amparo e proteção às crianças pobres<sup>4</sup>. Já Emília Machesine, também integrante do corpo diretor da FPPF e segunda presidente da entidade, fazia parte da Associação das Senhoras de Caridade.

Essa prática, por estar atrelada a ideia do “cuidado”, foi vista como um “trabalho feminino” e uma forma respeitável para o ingresso das mulheres das classes altas e médias no espaço público. Para Michelle Perrot e Duby (1990) as atividades ligadas a filantropia davam as mulheres da elite uma maior autonomia já que através delas, elas podiam adquirir conhecimento em áreas consideradas “masculinas” na época, como administração financeira, gestão, logística e comunicação. Dessa forma, a filantropia ganhava um caráter de “profissão”

e dava para essas mulheres experiência na organização institucional, o que contribuiu na estruturação das instituições feministas.

A união de mulheres de elite em prol de causas filantrópicas possibilitou um maior contato entre elas, pois essas reuniões proporcionavam um espaço onde podiam falar de suas condições familiares e trocar ideias. Tendo como principal objetivo atividades ligadas ao amparo de mães e filhos/as das camadas pobres, também aproximou realidades femininas diferentes, ocasionando “oportunidades para que essas mulheres, oriundas de camadas sociais tão distintas, pudessem se conhecer, trocar experiências e reflexões, promover a autoeducação, conseguir aliados, enfim, buscar melhorar suas vidas” (FREIRE e COSATI, 2015, p. 32).

A rede de interesses que era mobilizada em uma ação filantrópica acabava por criar laços e fortalecer alianças futuras. A Federação Brasileira também incentivava suas filiais a se envolverem nessas atividades a fim de expandirem seus objetivos e publicizarem suas pautas. No II Congresso Internacional Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro em 1931, a FBPF incentivou suas filiais a organizarem comemorações do Dia das Mães, no intuito de agregar mais mulheres a luta feminista.

Cumprindo as deliberações do II Congresso Feminista, a Federação Pernambucana organizou, em maio de 1932, a comemoração do Dia das Mães, no já conhecido Club Internacional do Recife. Esse endereço se consolidou como a sede da FPPF para eventos oficiais, onde tinha uma sala para reuniões cedida pela direção do Club. Nessa ocasião, houve um chá de cordialidade para a confraternização das sócias e convidadas e, no dia 8 de maio, uma missa foi celebrada na matriz da Boa Vista em prol das mães falecidas. Ainda fazendo parte da agenda do Dia das Mães, as mulheres da FPPF pleitearam o apoio do Comitê Feminino da Maternidade do Recife, onde doaram enxovais para recém-nascidos/as de mães pobres<sup>5</sup>.

Essas ações mostravam que o feminismo professado pela Federação Pernambucana não almejava questionar a maternidade como atividade primordial na vida feminina, aliás, a entidade tinha em seu estatuto o compromisso de proteger mães e sua progênie. As feministas que faziam parte dessa instituição eram da elite urbana e também assumiram “o projeto modernizador reformista, o qual depositava nas crianças a esperança para a construção da nação” (FREIRE e COSATI, p.35), o que dava um caráter político à ação filantrópica exercida por elas naquele momento.

Todas essas ações tinham como objetivo defender as ideias feministas, principalmente o direito à participação política irrestrita, à educação formal e ao trabalho. A defesa da cidadania feminina como um direito e um dever foi exposta já no primeiro discurso oficial da Federação

Pernambucana, na solenidade de fundação da instituição em 1931, no Club Internacional do Recife. Nesse discurso, escrito por Ida Uchoa, advogada e consultora jurídica da entidade, a luta das mulheres por direitos é apresentada como um ideal, como uma das mais importantes finalidades da vida feminina:

Nada impõe um cunho de tanta beleza e tanta vibração à vida quanto a conquista dos grandes ideais. É por eles que os homens porfiam, combatem e morrem. E si Pasteus lindamente disse: “a grandeza das ações humanas mede-se pelo ideal que a inspirou; feliz de quem traz em si um ideal e lhe obedece” eu não temo afirmar que as mulheres que atualmente se congregam para trabalhar pela realização deste tão bonito e tão justo – o da sua emancipação econômica e conquistas sociais- realizam uma das maiores finalidades de sua vida<sup>6</sup>.

Ou seja, quando Uchoa coloca a emancipação econômica e as conquistas sociais como finalidades, como ideais para a vida feminina, ela diz implicitamente que os cuidados com o lar (espaço privado) e a maternidade não eram as únicas prioridades na vida das mulheres. Elas deveriam ter também a preocupação com um ideal que partia da necessidade de atuarem enquanto “seres para si”, agindo em prol de atividades e objetivos que beneficiavam a elas e a toda a sociedade. Sustentando a argumentação nessa linha de raciocínio, Uchoa fala sobre a importância da participação feminina no progresso do mundo:

A evolução é fator que impulsiona e constrói, por um estranho dinamismo, a vida. Já vai longe o tempo em que a atividade da mulher girava unicamente em torno do lar. A lei do progresso, que tem modelado por um ritmo novo a estrutura do ambiente social, que tem gravado em todas as coisas uma feição nova, diferente vertiginosa, somente á mulher impor a atitude de não evoluir? Condená-la-ia a eterna penumbra, insuficientemente instruída, sem consciência dos grandes cometimentos que agitam o cenário do mundo, permanecendo numa situação acomodatória que não seria outra coisa senão alheamento, indiferença, por deveres, por direitos?

Com esse discurso, que visava construir uma nova imagem do que era ser mulher, imposta pela evolução do mundo e pela “lei do progresso”, as feministas da FPPF “também esperavam que a emancipação transformasse a consciência da mulher, para retomar sua autoimagem, não na subordinação de seu papel familiar, mas na individualidade e autodeterminação que elas viam na cidadania” (Du Bois, 1975, p. 67). O progresso e a civilização eram entendidos como modelos universais, obrigatórios, pela lei natural da evolução da história humana (SCHWARCZ,1993, p.57).

Isso não significava que elas diminuíssem a importância das atividades ligadas ao espaço privado na vida das mulheres. Continuavam defendendo a maternidade e a educação dos filhos/as como compromissos femininos e faziam questão de afirmar que não buscavam

competir com os homens, mas se igualar nas oportunidades e se juntar a eles na obrigação de construir uma sociedade melhor. Para além disso, a Federação Pernambucana se posicionava contra as restrições impostas às mulheres casadas pelo Código Civil republicano de 1916, que as colocavam sob a tutela dos maridos e submetiam a eles a autorização para as atividades das mulheres fora do lar. Para alcançarem esses objetivos, essas feministas acreditavam que apenas através da participação ativa das mulheres na política oficial, poderiam transformar as leis em favor de todas elas.

A elevação do status político das mulheres foi defendida pela FPPF através do espaço que essas feministas conseguiram na imprensa escrita da época. Em 1933, as forças da Federação Pernambucana estavam voltadas para a defesa da participação feminina na esfera política, essa participação deveria ocorrer principalmente por meio das candidaturas de mulheres aos cargos políticos. Nesse sentido, Edwiges de Sá Pereira sai candidata à deputada para a Constituinte de 1933 pelo Partido Economista de Pernambuco (PEP). A defesa de sua candidatura se fez por meio dos discursos de suas apoiadoras e, principalmente, das integrantes da FPPF. O *Diário de Pernambuco* publicou, durante os 3 meses anteriores as eleições de 1933, entrevistas de mulheres ilustres da sociedade, que respondiam sobre quem deveria representar a mulher pernambucana na Constituinte. Nessas entrevistas, as sócias da FPPF se pronunciaram em carta aberta de apoio:

O importante papel que a mulher vem sendo cada vez mais chamada a desempenhar na vasta esfera das atividades sociais, pela força de reivindicações justas e humanas, exige que a representante da mulher pernambucana na futura Constituinte reúna qualidades – morais dificilmente encontradas em uma só pessoa. A uma forte inteligência deve aliar-se sólida cultura, aprimoradas ambas por uma perfeita educação religiosa, cívica, e comprovado senso de equilíbrio.

A esses atributos marcantes de um caráter, que a moralidade realça e consolida, são necessários ainda trabalhos e estudos especializados sobre a moderna função da mulher na sociedade, sobre o ensino público e os múltiplos problemas que se relacionam com a educação da criança e da mulher, no sentido de engrandecê-las moral e socialmente. Exponente intelectual, síntese feliz das virtudes morais, cívicas e religiosas da mulher pernambucana, eis por que melhor que a nenhuma outra cabe a D. Edwiges de Sá Pereira o direito de representar esta superioridade necessária, na futura Constituinte<sup>7</sup>.

Logo se nota que a candidatura para cargos políticos não era defendida de maneira ampla para todas as mulheres. Tanto a questão da moral como do intelecto eram centrais no discurso da FPPF como qualidades imprescindíveis para exercer um papel no sistema político. Edwiges era professora da Escola Normal do Recife, presidente da Academia Pernambucana de Letras, escritora e poetisa, além de se declarar fiel aos princípios católicos. Ou seja, ser candidata exigia um certo status, principalmente no que se refere a educação, e a maioria das mulheres que tinha

acesso à educação na década de 1930 ainda era da classe média e alta. Nesse caso, a questão racial também vai ter um peso na invisibilidade e subalternidade das outras mulheres – negras, pardas, indígenas -, visto que as mulheres da FPPF faziam parte de uma elite que corroborava com o novo projeto de nação que estava sendo construído e que tinha no higienismo e no eugenismo os seus pilares ideológicos.

Era um movimento formado por uma elite feminina que entendia as mulheres das camadas mais pobres como atores sociais passivos nessa mesma luta. Sabemos que desde o início do século XX as trabalhadoras já lutavam por seus direitos. A greve de 1917 teve grande participação feminina, como coloca Gláucia Fraccarro (2016) e Margareth Rago (1984), o debate por direitos trabalhistas e sociais já figurava como pauta de reivindicação das mulheres operárias. Indiscutivelmente, as mulheres operárias e das camadas pobres não eram passivas na luta por direitos.

Podemos achar a explicação para esse tipo de pensamento por parte das mulheres da FPPF na tese que havia sido defendida por Edwiges de Sá intitulada *Pelas mulheres, para as mulheres*. O cerne desse discurso era a ideia de que a educação era o único caminho para acabar com o status de inferioridade feminina e colocar a nação brasileira no caminho da civilização e do progresso. Para isso, as mulheres “que sabiam trabalhar, mas não precisavam”, ou seja, a elite intelectual feminina deveria tomar a vanguarda na luta pela expansão da educação para todas as mulheres. Em ocasião da Festa do Livro, evento organizado pela FPPF, em 1935, para a arrecadação de livros para a biblioteca dos cursos de qualificação feminina, Edwiges fala sobre sua tese elaborada em 1931, acerca da educação das mulheres e como a cultura era importante na civilização do país:

A tese que elaborei e defendi versou, especialmente, sobre a educação das mulheres da classe popular, salientando que sem escola, sem higiene, sem religião consciente, analfabeta, impaludada, supersticiosa, a mulher inculta, no Brasil como em qualquer parte, por melhores que sejam os elementos de sua formação étnica, não poderá ser responsabilizada pelo valor sociológico de sua prole, de que somente as exceções ingressam no concerto produtor da nação. E se pleiteamos direitos políticos, é porque sem estes, as mulheres cultas, que tudo isto sabem e de tudo isto se compenetram, não poderiam agir na altura do problema<sup>8</sup>.

Essa visão de evolução por meio da cultura muito se assemelhava a algumas ideias da antropologia cultural, uma corrente teórica muito difundida na época e que se contrapunha à várias ideias do darwinismo social (SCHWARCZ, 1993). As mulheres da Federação Pernambucana eram professoras, advogadas e escritoras, provavelmente elas tiveram acesso às leituras que versavam sobre essa corrente de pensamento.

O progresso, no discurso dessas mulheres, era entendido como algo inevitável, um processo pelo qual toda a humanidade deveria passar e pelo qual incluía o reconhecimento dos direitos políticos femininos. Esse progresso se daria não por uma “pureza de raça” ou eliminação de “raças inferiores”, mas por meio da elevação cultural, compreendida também como evolutiva. Nesse sentido, o entendimento que essas feministas tinham do desenvolvimento cultural e intelectual também era hierarquizado e de cunho racista. Entretanto, a ideia de diferença utilizada pelo darwinismo social para falar das hierarquias entre as raças como sendo algo imutável na natureza é substituída pela ideia de desigualdade. Segundo Schwarcz (1993, p.62):

A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural.

É importante entendermos que também estava em disputa o status feminino de racionalidade, ou seja, se as mulheres tinham a mesma capacidade intelectual que os homens. O argumento antifeminista da inferioridade intelectual da mulher era o cerne do discurso contrário aos direitos políticos femininos. Nesse contexto, o feminismo ganha um significado de luta histórica contra a privação de direitos fundamentais às mulheres. Sobre essa questão, ainda no mesmo discurso proferido na Festa do Livro, Edwiges faz uma indagação:

Mas, o que é feminismo? Esta ideologia surgiu da luta pelo pão, baseou-se em princípios vitais para a espécie, desenvolveu-se como uma questão de justiça, espalhou-se como a luz pelas consciências, corporificou-se, afinal, na legislação de países de elevado expoente cultural. No Brasil foi, a princípio, sonho de algumas mulheres idealistas, isoladas no seu rincão, depois confraternização espiritual, e por fim a ação organizada.

E continua falando sobre os objetivos da Federação Pernambucana:

Mas pra quê essa agremiação feminina? – Para a campanha intensiva pela conquista de direitos, que as leis do país obstinavam-se a restringir à mulher, ressaltando no mais flagrante contraste os deveres que lhe atribuíam com os direitos primários que lhe outorgavam.

O feminismo e a luta de direitos para as mulheres, na visão da FPPF, era uma questão de justiça. Justiça essa feita pelo elevado grau cultural das nações que se corporificou no Brasil através da ação organizada, nesse caso, se referindo a Federação Brasileira e suas filiais. A noção do justo, inferida na fala de Edwiges, passa pela ideia de que às mulheres era imputado uma grande carga de deveres, não somente com os filhos/as e a família, mas a submissão às leis

que elas não podiam formular, tampouco questionar. Por isso, a FPPF se engajou na eleições para Constituinte de 1933.

Não encontramos nenhuma propaganda eleitoral de Edwiges feita pelo Partido Economista de Pernambuco. Sua candidatura foi propagandeada por suas apoiadoras, mulheres de suas relações pessoais, profissionais e políticas, e associadas da FPPF. Também foram distribuídos panfletos onde a FPPF incentivava o alistamento eleitoral de homens e mulheres. Todas as forças políticas e sociais envolvidas nas eleições de 1933 se preocupavam não somente em angariar votos para seus candidatos, mas também em alistar os/as possíveis eleitores/as. O Brasil acabava de sair de um período de baixa participação eleitoral, o qual o voto era desvalorizado e não era visto pela população como potencial transformador. A FPPF, em seu panfleto, alinhava seu discurso para convencer principalmente as mulheres a se alistarem. O cerne da argumentação dessas feministas em prol do alistamento era a convicção que elas tinham no poder transformador do voto. Elas acreditavam que através dele as mulheres poderiam alcançar outros direitos por meio da formulação e aprovação de novas leis. O Partido Economista de Pernambuco disponibilizou a sede da Associação de Comércio de Pernambuco para ser a base do alistamento eleitoral feminino da FPPF, entretanto, não teve ações mais expressivas em prol da campanha de alistamento.

Ao final das eleições de 1933, Pernambuco elegeu 17 deputados para a Constituinte, todos homens. Apenas uma mulher em todo o Brasil pôde participar da Constituinte de 1933, Almerinda Farias Gama, uma das primeiras mulheres negras a participar oficialmente da política no Brasil. Ela foi delegada-eleitora para escolher a representação classista dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte (SCHUMAHER e CEVA, 2015, p. 87). Das 69.829 pessoas aptas a votar, 54.893 foram às urnas. Edwiges obteve 50 votos no primeiro turno e 1.630 votos no segundo turno<sup>9</sup>. Todavia, a presidente da FPPF não desanimou na sua luta pelos direitos femininos.

Em 1934, Edwiges vai ao Rio de Janeiro, junto com outras feministas associadas da Federação Brasileira, para colaborar com Bertha Lutz na sistematização de propostas para a campanha em defesa da inserção dos direitos femininos na nova Constituição. Elas redigiram manifestos acerca dos direitos pleiteados para as mulheres e contra o serviço militar obrigatório feminino. Edwiges de Sá fala para o *Jornal do Recife*, em entrevista de 22 de junho de 1934, sobre as vitórias feministas na Constituição:

Debatidos os assuntos, encerrada a discussão, constatamos uma grande e alentadora vitória. Em nota para a imprensa informa a “Federação Brasileira” que não perderam as

feministas nem uma de suas reivindicações, sendo a vitória integral, cem por cento. A mulher alcançou participação no governo e nos Conselhos Técnicos, direito aos cargos públicos; direito a três meses de licença com vencimentos integrais em caso de gravidez; igualdade plena quanto à nacionalidade, cidadania, aos direitos individuais; salário igual para trabalho igual, além das garantias asseguradas pelo capítulo de Ordem Social onde expressamente se estabelece que os serviços de amparo à maternidade e à infância, bem como os referentes ao lar, aos trabalho feminino, assim como a fiscalização e orientação, das leis a eles concernentes serão entregues à mulher habilitada<sup>10</sup>.

Os direitos femininos estavam agora constitucionalmente assegurados. Esse acontecimento foi bastante comemorado pela Federação Brasileira e suas filiais. Todavia, apesar de entenderem a importância dessa vitória, pelo qual tanto lutaram, as feministas associadas à FBPF sabiam que essa era apenas o começo da luta pela emancipação feminina. Esses direitos adquiridos, sob pena de muita luta, ainda hoje não são respeitados, quiçá na época em que foram proclamados. Entretanto, a Constituição de 1934 renovou as esperanças das feministas que, desde os anos de 1920, lutavam por participação política.

Ao se colocarem em situação de igualdade dentro do campo político e trazerem novas pautas e debates à política, que antes era um campo masculino com discussões concernentes a assuntos que sequer eram vistos como de interesse feminino, passa a ser uma esfera mista, reformulada e oxigenada por outros interesses. A luta pelo voto feminino não era apenas por escolher os seus representantes, era por quebrar essas barreiras, era o abalo da supremacia masculina. Carole Pateman (2013, p.55) ainda coloca que “o feminismo liberal teve implicações radicais, em particular por questionar a separação e oposição entre esferas públicas e privada, que é fundamental para a teoria e prática liberais.”

Ao fissurar o sujeito de direito liberal de dentro do próprio liberalismo, essas mulheres reformulavam as ideias sociais do que era ser mulher. Elas também se transformaram ao longo das lutas que viveram, ampliaram seus debates, incorporaram outras pautas, defenderam outros pontos de vista, tecendo novas subjetividades.

### **Discursos e práticas: a atuação da Federação Pernambucana em prol da profissionalização feminina**

Durante a elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934, Bertha contribuiu de maneira significativa para que as pautas feministas defendidas pela Federação Brasileira e suas filiais fossem contempladas na nova Carta Constitucional. Em parceria com suas companheiras, a feminista elaborou um documento intitulado *Treze princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição* que tinha como objetivo não apenas pleitear ganhos para as



mulheres, mas corroborava com a instauração do Estado de bem-estar social (SOIHET, 2013, p.228). No Brasil, as lutas das feministas pelos direitos políticos:

Acompanharam o esforço de reconstitucionalização do sistema político, oferecendo as ativistas a oportunidade de ampliar o leque de propostas, bem como firmar em um substrato legal mais sólido o conjunto de direitos que defendiam. Além de se empenharem pela igualdade dos direitos civis, decorrência inevitável da constatação de que a desigualdade entre os sexos na política coexistia com a desigualdade entre eles na vida privada, as feministas da Federação procuraram acompanhar as linhas de ação que mulheres de outros países seguiam desde antes da guerra. Particularmente, observavam que havia uma crescente insatisfação com o sistema de assistência aos pobres nos países ricos, até então baseado em iniciativas individuais e na assistência caritativa (MARQUES, 2016, p.99).

As questões do trabalho feminino e da assistência à maternidade e à infância passaram a ser as principais pautas de reivindicação da FBPF e da rede feminista criada por ela. Com a ampliação das pautas de luta, a Federação Brasileira se engajou na discussão sobre o papel da mulher nas políticas de assistência social do Estado, assim como na reivindicação por mudança nos direitos civis, que limitavam a atuação das mulheres no mercado de trabalho.

Os esforços e articulações das feministas brasileiras ligadas a FBPF, entre 1934 e 1937, ampliaram as discussões e as ações das mulheres no espaço público/político, alargando o raio de participação feminina e o exercício de sua cidadania, o que serviu de experiência organizativa e política para criarem estratégias de luta coletiva nos períodos posteriores. No momento em questão, no qual Bertha lutava para firmar a participação feminina nos espaços de poder e angariar serviços de assistência que garantissem a permanência das mulheres no trabalho, a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino se engajou na mesma estratégia de luta, mas com a singularidade do seu lugar físico, social e político.

No Recife, a Federação Pernambucana organizou os Círculos de Cultura, um conjunto de cursos oferecidos para mulheres com o intuito de qualificá-las para o mercado de trabalho. Inicialmente, os cursos oferecidos eram: Datilografia, Contabilidade, Estenografia, Caligrafia e Civilidade, História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Matemática, Português, Francês, Alemão, Espanhol, Italiano, Curso Doméstico e Manualismo, Puericultura e Enfermagem. Entretanto, ao longo de 1936, alguns cursos não se mantiveram e novos foram abertos. Os cursos que tiveram mais investimento da instituição foram os de Contabilidade, Enfermagem Profissional e Enfermagem para o Lar. As matrículas eram feitas na sede administrativa da FPPF, na Rua Larga do Rosário, no bairro de Santo Antônio, local cedido pela então presidente eleita em 1935, Emília Marchesine, com a colaboração de seu marido, Alfredo Marchesine.

Até então, as reuniões da entidade aconteciam na casa de Edwiges de Sá, todavia, não era um espaço fixo e nem aberto a todas as ações da instituição. Com uma sede fixa, espaço direcionado especificamente para as atividades da entidade, foi possível a organização de uma biblioteca, voltada para os estudos das alunas dos cursos oferecidos pela Federação Pernambucana, montada com o auxílio de várias/os colaboradoras/es. Com o objetivo da criação de um espaço de leitura, a FPPF lançou uma campanha no *Diário da Manhã* e em outros periódicos recifenses em prol da doação de livros para sua estruturação<sup>11</sup>. Dessa forma, além de angariar os livros para a biblioteca, também traçava novas redes de apoio à causa feminista.

Intelectuais, empresários/as, escritoras/es e feministas do Brasil enviaram livros para a sede da FPPF, atendendo à convocação da entidade, tendo seus nomes divulgados pela instituição com agradecimentos nos jornais. A campanha contava também com a realização de um evento intitulado Festa do Livro, o qual teve como ingresso para a entrada, a doação de um livro. A FPPF aproveitou a ocasião desse evento, que ocorreu no Club Internacional do Recife, para convidar Carlos Rios, o diretor de redação do *Diário da Manhã*, para dar a palestra de abertura do evento. Rios foi o “padrinho” da instituição junto ao *Diário da Manhã*, ao ceder uma página semanal, aos domingos, à Federação Pernambucana, conquista essa que ampliou e fortaleceu as possibilidades de agregar apoio intelectual, social e material para a entidade.

O Curso de Enfermagem era oferecido no Hospital Centenário, em Olinda, e contava com a participação do médico Waldemar de Oliveira, também teatrólogo e musicista pernambucano. Em agosto de 1936, o Curso de Enfermagem foi deslocado para o Hospital Pedro II, em Recife. Talvez isso tenha ocorrido para melhor estruturá-lo, como foi acordado em reunião entre a diretoria da Federação Pernambucana e os professores. Nessa reunião, ocorrida em setembro de 1936, ficou decidido que o curso seria de 3 anos, buscando seguir o programa do Curso de Enfermagem do D. Anna Nery, do Rio de Janeiro, escola de enfermagem do mais alto nível no país. Também foi instituído que, a partir de então, haveria um exame de admissão para o curso<sup>12</sup>. A grande novidade nessa área foi a inauguração da Escola de Enfermagem de Olinda, em agosto de 1937, por iniciativa da Federação Pernambucana em colaboração com o Hospital Hermann Lundgren, a Escola de Enfermagem ficava localizada neste hospital e oferecia dois cursos: Enfermagem e Especialização, sendo o primeiro em três séries, estudadas em um ano e meio, e o último abrangendo apenas seis meses de estudo<sup>13</sup>.

A organização dos cursos, da biblioteca e da Festa do Livro, eram ações que tinham como discurso-base a importância da educação, qualificação e do direito ao trabalho visando à emancipação econômica da mulher. Essas questões, agora mais do que nunca, tinham se

tornado o ponto central da luta feminista pós direito ao voto. Edwiges de Sá, alguns dias antes da Festa do Livro, havia escrito em uma das colunas da página da FPPF no *Diário da Manhã*, sobre o direito feminino ao trabalho:

O feminismo é a suprema aspiração da mulher ao trabalho mais amplo, às profissões, embora as mais difíceis, para as quais se sente compatível pela coragem e pela inteligência, consistindo a sua maior luta a obtenção do direito de exercê-las. Deixou, de há muito, de ser a pedanteira teórica para se transformar em ação fecunda, em exemplos alentadores que de toda a parte irrompem, na Europa como na América (...) <sup>14</sup>.

O feminismo, nesse sentido colocado por Edwiges de Sá, era o anseio feminino por exercer suas habilidades de maneira consequente para ela (a mulher) e para a sociedade. A dificuldade no caminho para essa conquista seria a luta pelo direito de exercer as profissões, o que nada tinha a ver com a “falta de capacidades femininas” proclamada pelos antifeministas.

Como já foi assinalado, a FPPF passou a ter um espaço fixo de publicação editorial própria no jornal *Diário da Manhã*. No dia 15 de setembro de 1935, a primeira linha escrita na estreia da página da instituição foi em agradecimento a duas personalidades da sociedade pernambucana que haviam concorrido com a entidade na sua empreitada pela visibilidade de suas pautas <sup>15</sup>. O primeiro foi Carlos Rios, o então diretor de redação do *Diário Manhã*, - e deputado estadual pela bancada classista de Pernambuco- por ter concedido aquele espaço, tão valoroso, para as feministas em um dos jornais com maior circulação do período. O outro foi Oscar Moreira, o diretor da Rádio Club do Recife, um aliado precioso na abertura de novos canais de comunicação para a divulgação dos debates feministas. Essa rede de apoio bem articulada e com personalidades importantes no meio da comunicação pernambucana favoreceu a entrada de novas sócias na entidade, se tornando também uma demonstração de força política e organizativa. Dessa forma, essas feministas abriram um espaço na imprensa escrita para a divulgação sistemática de conteúdo feminista, alargando o seu grau de influência e construindo uma cultura política feminista em Pernambuco.

### **Considerações Finais**

Até o ano de 1937, as feministas da Federação Pernambucana se mantiveram na luta pela profissionalização feminina e participação política, já que se engajaram na campanha eleitoral para as eleições que ocorreriam em 1938, organizando a Liga Eleitoral Independente em Pernambuco. Todavia, é sabido que no final de 1937 Getúlio Vargas instaurou no Brasil a Ditadura do Estado Novo, ceifando qualquer possibilidade de participação política feminina.

O movimento feminista organizado, assim como as diversas mulheres trabalhadoras que lutaram por seus direitos enfrentando os padrões, foram atrizes sociais que participaram ativamente na construção da República e na luta pela expansão da democracia brasileira. Todavia, os livros de História da República, comumente, silenciam essa participação, ou se o fazem, é de uma maneira muito rasa, sem destacar a importância que os movimentos sociais de mulheres tiveram nesse período. As feministas vêm buscando ressaltar cada vez mais em seus estudos acadêmicos essa nova perspectiva, trabalhos como os de Alcileide Cabral do Nascimento, Rachel Soihet, Tereza Marques, Joana Pedro, Margareth Rago, buscam enfatizar a participação política das mulheres no período em questão. Nosso trabalho, portanto, se insere nessa mesma linha de pensamento, fortalecendo o campo de estudo feminista junto ao saber histórico.

## Referências

BARBOSA, Izabelle. L de O. *Saindo da gaiola dourada: desquite, divórcio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937*. Dissertação (Mestrado em História). Recife, UFRPE, 2016.

BONATO, Naílda. M da C; COELHO, Lígia M. C. da C. *Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista*. Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, UEPG, v. 15, n. 2, 2007.

CARVALHO, José. M de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DU BOIS, Ellen. The Radicalism of the Woman Suffrage Movement: Notes toward the Reconstruction of Nineteenth-Century Feminism. *Feminist Studies*. University of Maryland, Vol.3, No. 1/2, Autumn, p.63-71. 1975. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3518956>>. Acesso em 24/05/2017

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente*. Porto: Afrontamento, v. 1, 1990.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencout. *Revista de Estudos Feminista*, UFSC, v.10, n.1, 2002.

FRACCARO, Glaucia. *Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)*. Tese (Doutorado em História), São Paulo, UNICAMP, 2016.

FREIRE, Maria. M. da L; COSATI, Letícia. C. M. Gênero e Filantropia: as Damas de Assistência à Infância do IPAI- RJ (1889-1930). *Gênero*, Niterói, v.15, n.2, p.29-46, 2015.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. Mulheres, política e cidadania a criação da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino (1918-1932). *Revista SOPHIE*, Recife, Nº.01, p. 30-46, abril de 2011.

PATEMAN, Carole. *Críticas feministas à dicotomia público/privado*. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). *Teoria Política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. *Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, UNICAMP, 1984.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. *Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SOIHET, Rachel. A conquista do espaço público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. 1ª Ed, São Paulo: Contexto, p. 219-237.2013.

---

<sup>1</sup> Edwiges de Sá Pereira. *Pela Mulher, para a Mulher*. Trabalho apresentado ao II Congresso Internacional Feminista. 1932. Seção Obras Raras, Biblioteca Pública de Pernambuco.

<sup>2</sup> Nós nos referimos “mulheres lidas como brancas” porque algumas dessas mulheres poderiam não ser chamadas de brancas à luz dos estudos contemporâneos sobre branquitude. Esses estudos levam em consideração não apenas a cor da pele como fator para se referir a uma pessoa como negra, mas também os traços físicos, os cabelos e a identificação cultural. Além disso, o Movimento Negro hoje alerta para as várias tonalidades da cor negra, revelando um amplo leque de entendimento das opressões advindas do racismo. No período em questão, as mulheres que fizeram parte da FPPF se beneficiaram dos privilégios de serem entendidas como mulheres brancas, já que naquela época o debate eugenista da formação de uma “raça pura” estava na ordem do dia. Sobre esse debate, conferir SILVA E SILVA, Tainan. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. *Revista Direito Unifacs – Debate Virtual*, n. 201, março, 2017.

<sup>3</sup> Relatório apresentado à Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino pela presidente Edwiges de Sá Pereira, relativo ao período social 1931-1933. 23/07/1933. Fundo da FBPF, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE. p. 17.

<sup>4</sup> Associações. *Diário de Pernambuco*. 01/06/1924. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>5</sup> Livro de atas das sessões extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Fundo de Edwiges de Sá Pereira. P.5 FUNDAJ. *O Dia das Mães*. *Jornal Pequeno*, 04/05/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>6</sup> Discurso de Ida Souto Uchoa lido na sessão solene de posse da FPPF, 10/11/1931, no Club Internacional do Recife. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE.1. Pag.1.

<sup>7</sup> A quem deverá a representação da mulher pernambucana na nova Constituinte? *Diário de Pernambuco*, 29/01/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>8</sup> Discurso proferido por Edwiges de Sá Pereira na Festa do Livro.17/11/1935. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE.p.47.

<sup>9</sup> Segundo Silva (2016, p.113), “os “turnos” de votação que trata o Código Eleitoral fazem referência a duas opções de candidatos para votar e não aos turnos de votação que conhecemos na atualidade. Somente os votos do “primeiro turno” seriam computados para as eleições. Só se restasse alguma vaga que os votos do “segundo turno” seriam válidos”.

<sup>10</sup> O movimento feminista brasileiro. *Jornal do Recife*. 22/06/1934. Hemeroteca Digital Brasileira.

<sup>11</sup> Festa do Livro. Diário da Manhã. Recife. p.11. 03/11/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

<sup>12</sup> Como estava organizado o curso de enfermagem profissional da FPPF. Diário da Manhã. Recife. p.17 13/09/1936. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

<sup>13</sup> Associações. Diário da Manhã. Recife. p.20. 18/07/1937. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

<sup>14</sup> Feminismo. Diário da Manhã. Recife.p.10. 10/11/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

<sup>15</sup> Nós, o “Diário da Manhã” e o “Rádio Club”. Diário da Manhã. Recife. p.11. 15/09/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Recebido em 29/10/2018.

Aceito em 31/03/2019.